

CLASSES GRAMATICASIS: SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO DA MORFOSSINTAXE

GRAÇA RIO-TORTO

0.

Nas duas últimas décadas o conhecimento sobre a língua portuguesa registou avanços muito significativos relativamente ao que antes se possuía sobre qualquer uma das componentes da sua gramática contemporânea. Aos poucos, a prática pedagógica reflecte, de forma menos incisiva do que porventura seria desejável, esses saberes novos que a comunidade científica tem gerado. Uma vez ultrapassadas a deficiente difusão por parte das instituições científicas dos resultados que produzem, e a deficiente procura das novidades que a ciência coloca ao dispor dos interessados, estarão encontradas as vias para uma frutuosa cooperação científico-pedagógica.

Penso há muito que, independentemente das circunstâncias que condicionam o ensino da língua portuguesa nas nossas comunidades escolares, é missão dos docentes formar alunos não apenas proficientes na sua língua materna, mas também possuidores de um saber especializado e qualificado acerca da estrutura e do funcionamento desta. Conhecer o mais profundamente possível a nossa língua é uma forma privilegiada de a cultivar e também de a confrontar, contrastivamente, com as demais línguas estrangeiras que os alunos devem saber utilizar. Ainda que os programas de português se pautem por objectivos que, a olhos mais exigentes, podem ser considerados exíguos, quando excluem ou secundarizam o conhecimento da gramática explícita da língua, o professor de português deve, ao invés, promover este conhecimento, útil a todos os títulos, à cabeça dos quais o intelectual e o cognoscitivo. E os nossos alunos não são, neste como noutros capítulos, menos capazes ou menos dotados do que os seus congéneres de outras latitudes.

Defendo por isso que a escola, nos níveis de ensino mais básicos, deve assegurar a aprendizagem consciente da língua materna, e não apenas uma correcta e eficaz utilização desta. À escola cumpre garantir a aprendizagem de competências linguísticas acrescidas, que estão muito para além das espontaneamente apreendidas, e entre as

quais avulta o conhecimento técnico da gramática do uso da língua materna, um dos objectivos primordiais da disciplina de português que, por isso, não pode ser torneado. Tornar este conhecimento atraente sem descurar o rigor técnico e científico que lhe é devido são desideratos para os quais os professores certamente estão habilitados, recortando para tal as estratégias didácticas e pedagógicas adequadas. Não é admissível que, à saída do básico ou até do secundário, os nossos alunos não possuam da sua língua materna senão um saber mais ou menos intuitivo e impressionista, ou acriticamente classificatório e não reflexivo, não se encontrando habilitados para se pronunciar com um mínimo de proficiência metalinguística sobre a estrutura e o funcionamento da sua língua materna.

Fomentar o gosto pela reflexão sobre o fenómeno linguístico, alargar e aprofundar os conhecimentos sobre as categorias cognitivas, referenciais e linguísticas que manipulamos, desenvolver o conhecimento crítico e tecnicamente qualificado sobre a gramática da língua materna são, pois, tarefas de primeira ordem que cumpre ao professor pôr em prática, de forma programada, operatória e eficaz.

Duas são as razões maiores que presidem à abordagem que me proponho levar a cabo. Em primeiro lugar, o facto de ter consciência de que uma das áreas em relação às quais a investigação gramatical sobre a nossa língua mais tem avançado nos últimos anos é seguramente a morfossintaxe. É por isso fácil o desfasamento entre o que qualquer um de nós aprendeu durante a sua formação superior e os conhecimentos acrescidos e renovados de que actualmente podemos dispor sobre a morfologia e a sintaxe da nossa língua. Em segundo lugar a constatação de que persiste alguma zona de penumbra relativamente às fronteiras entre classes e estruturas morfológicas e classes (e até mesmo funções) sintácticas. São, pois, estes dois tipos de categorias gramaticais de que nos vamos ocupar ¹.

1. Classes morfológicas

As classes morfológicas de cujas manifestações me vou ocupar são as de radical, tema (simples ou derivado), vogal temática (VT) ou índice temático, marcador de classe, morfema de tempo-aspecto-

¹. Segundo Campos (1991, p. 32, nota 2), na tradição europeia, designam-se por categorias gramaticais «as categorias semânticas que, em cada língua se exprimem basicamente através de um sistema fechado de morfemas gramaticais (incluindo morfemas suprasegmentais e ordem de palavras)». Porque usamos gramatical em sentido amplo, nas classes gramaticais incluem-se as morfológicas e as sintácticas.

-modo, morfema pessoa-numeral, afixo, base genolexical ¹.

Para identificar e caracterizar estes constituintes, tomo por exemplo uma forma verbal regular, flexionada, com a seguinte configuração interna:

Tema + Morfemas flexionais

O tema é constituído pelo Radical e pela Vogal Temática (VT). O radical é, portanto, o constituinte que permanece após a supressão da VT ao tema. Por seu turno, os morfemas flexionais, imperativamente colocados à direita do Tema, distribuem-se essencialmente por duas classes: a dos morfemas temporo-aspectuo-modais (ou também de tempo-aspecto-modo) e a dos morfemas pessoa-numerais (ou número-pessoais). Como as próprias denominações evidenciam, trata-se em cada um dos casos de categorias que frequentemente se encontram amalgamadas. Por isso, muitas vezes se abstrai o facto de, por exemplo, a categoria de aspecto estar associada à de tempo e de modo.

No âmbito dos verbos regulares do português dispomos de verbos de tema (e de VT) em -a (1ª conjugação), em -e (2ª conjugação) e em -i (3ª conjugação). O constituinte temático (VT) é, pois, o constituinte que realiza a categoria morfológica de tema verbal em que o radical se inscreve.

O esquema seguinte visualiza a estrutura interna típica dos verbos.

**Tema (Radical + VT) +
+ Morfemas flexionais (Tempo-Aspecto-Modo e Número-Pessoa)**

O quadro seguinte exemplifica algumas das ocorrências flexionadas de verbos regulares inscritos nas três classes conjugacionais de que a língua portuguesa dispõe. A fim de simplificar

¹. A estas classes morfológicas poder-se-iam congregam as de raíz (denominador comum aos termos de um família de palavras), núcleo (simples ou primário e derivado ou secundário), desinência, normalmente gramatical, afixo, flexional ou derivacional. Para uma clarificação destes conceitos, alguns dos quais menos unívocos ou dispensáveis para o objecto da análise aqui levada a cabo, veja-se Herculano de Carvalho (1984 b: § 17.17.).

a visualização, a representação adoptada reproduz a configuração gráfica com que os signos se apresentam, e não a estrutura fonomorfológica destes.

Forma de citação	Radical	Vogal Temática	Morfema de tempo-aspecto-modo	Morfema de pessoa-número
andar	and	a	va	mos
considerar	consider	a	sse	m
conhecer	conhec	e	ra	s
entender	entend	[e]	ø	o
repetir	repet	i	sse	ø
decidir	decid	i	r	des

A observação deste quadro permite constatar que os constituintes enunciados como típicos da estrutura interna dos verbos de padrão regular não se encontram necessariamente explicitados. Como veremos, nos próprios paradigmas regulares de flexão verbal verificam-se quer supressões e/ou alterações de configuração de alguns constituintes — o que acontece frequentemente com a VT —, quer ausência de marca flexional de tempo-aspecto-modo (veja-se o Presente do Indicativo) e/ou de pessoa-número (veja-se a representação da 3ª pessoa do singular). Por último, não raro um morfema apresenta-se sob diversas configurações, a que habitualmente se dá o nome de alomorfes. Um exemplo prototípico é o de morfema de Presente do Conjuntivo, que se manifesta através dos alomorfes *-e-* e *-a-* (primeira e demais conjugações, respectivamente).

Uma análise mais circunstanciada da estrutura interna do verbo será levada a cabo em 1.1.

Nos nomes, sejam substantivos propriamente ditos, pronomes, numerais e nos adjectivos, ao radical pode associar-se, à sua direita, um marcador/índice de classe ¹, e um morfema de número (plural). Os marcadores de classe são *-a* (*mesa, médica, fantasma, poeta*), *-o* (*livro, médico, tribo, rádio*) e *-e* (*pente, gente, livre*). Na tradição gramatical estes morfemas são indevidamente considerados sufixos de género. Não se trata efectivamente de operadores de género, pois este é, de facto, determinado pelo determinante que se encontra à esquerda do Nome. Comprova-o o carácter aleatoriamente feminino ou masculino dos nomes terminados em qualquer um dos operadores

¹. A designação de "marcador de classe", que aqui adopto, foi primeiramente utilizada por James Harris, em *Spanish word markers* (1985). Em alternativa outros autores usam as designações de "constituente ou índice temático".

mencionados, e bem assim o carácter ambíguo de outros. O quadro seguinte, em que os nomes aparecem marcados como [+Fem], [-Fem], ou como [±Fem], quando ambíguos, ilustra o exposto.

Marcador de classe	[+Fem]	[-Fem]	[±Fem]
-a	a mesa a médica a vista	o fantasma o poeta o cometa	o/a atleta o/a artista o/a facínora
-o	a tribo a rádio a (de)mão	o livro o médico o rádio 'aparelho'	o/a soprano
-e	a gente a parede a rede	o pente o dente o sacerdote	o/a cônjuge o/a cliente o/a dissidente

Se estabelecermos um paralelismo com a estrutura interna dos verbos, os marcadores de classe presentes em nomes e em adjectivos funcionam de algum modo como constituintes temáticos, ou seja, como os constituintes que realizam a categoria morfológica de tema em que o radical se inscreve. A esta função de constituintes temáticos acresce, supletivamente, a de co-significantes de género.

À função primária de "actualizadores léxicos", como lhes chama Herculano de Carvalho no seu conhecido artigo com este título (1984 a), ou seja, à de constituintes que, adjuntos a um radical, permitem ao tema assim constituído funcionar como palavra, como signo lexical dotado de autonomia sintáctica, os marcadores de classe associam, cumulativamente, a função não tanto de verdadeiros morfemas de género, como sustenta este autor, mas de co-indicadores do mesmo, manifestando a classe gramatical do género a que pertence o substantivo.

Poder-se-á então considerar que, como defendi em *Padrões de formação de verbos em português* (Rio-Torto, 1998), o constituinte temático/a Vogal Temática se define essencialmente como um integrador paradigmático do radical numa dada classe morfológica, como um formatador morfológico do radical, que, no caso dos nomes e dos adjectivos, permite que dos seus radicais se constituam os temas nominais susceptíveis de funcionar como palavras lexical e sintacticamente autónomas.

Em relação ao constituinte temático (VT) que figura nos verbos, retomarei aqui a caracterização já feita no artigo mencionado: «constituinte que define a conjugação, porque marcador de classe

temática, a vogal temática define-se como um operador temático, ou seja, como um constituinte formatador da morfologia interna do verbo e como um formatador da base da flexão e da derivação, que só é activado em contexto flexional ou derivacional» (Rio-Torto: 1998, p. 322).

Diversas são as áreas em relação às quais o conhecimento da estrutura interna das unidades lexicais representa uma mais-valia inestimável. Uma prende-se com o conhecimento circunstanciado, e tecnicamente sustentado, da estrutura interna do verbo (cf. 1.1.), elemento central de toda a relação proposicional. Outra prende-se com a delimitação das fronteiras e da estrutura interna das bases e dos afixos derivacionais do português (cf. 1.3.). Outra com a motivação e/ou incidência morfológica ou lexical de alguns dos tipos de erros gráficos que os nossos alunos praticam (cf. 1.2.). Finalmente, outra diz respeito ao conhecimento diferenciado, relativamente àquele de que dispúnhamos até há pouco, sobre a estrutura acentual das palavras da nossa língua (cf. 1.4.).

1.1. Morfologia flexional do verbo

Começarei por traçar algumas das coordenadas fundamentais por que se rege o sistema flexional dos verbos regulares do português. Trata-se de algumas das traves-mestras da morfologia flexional do verbo que, em meu entender, os docentes de língua portuguesa, seja esta língua materna ou língua segunda, não poderão desconhecer e que, paulatinamente, deveriam dar a conhecer pelo menos aos universos discentes mais diferenciados. A sua utilidade em termos contrastivos, sobretudo quando se aprendem outras línguas românicas, é por demais evidente para dispensar quaisquer comentários.

O objectivo último consistirá em fazer conhecer os constituintes internos dos verbos regulares, sejam as configurações que os radicais e os temas assumem nos diferentes contextos flexionais que o sistema proporciona, sejam as configurações que os morfemas temporomodais e pessoonumerais apresentam, nos diferentes paradigmas flexionais.

Começando pela flexão temporomodal, importaria sublinhar a ausência de marca flexional de tempo-modo em todo o Presente do Indicativo (bem como no Pretérito Perfeito), em qualquer uma das conjugações regulares, por contraste com o Presente do Conjuntivo, manifestado através dos alomorfes *-e-* e *-a-*, na primeira e nas demais conjugações, respectivamente. Em paralelo deve analisar-se o

relemb	(a)	e		enten	(e)	a		decid	(i)	a	
relemb	(a)	e	s	d	(e)	a	s	decid	(i)	a	s
relemb	(a)	e		enten	(e)	a		decid	(i)	a	
relemb	(a)	e	mos	d	(e)	a	mos	decid	(i)	a	mos
relemb	(a)	e	is	enten	(e)	a	is	decid	(i)	a	is
relemb	(a)	e	/N/	d	(e)	a	/N/	decid	(i)	a	/N/
				enten							
				d							
				enten							
				d							
				enten							
				d							

Imperfeito do Indicativo

Radical	VT	T M	PN	Radical	VT	T M	PN	Radical	VT	T M	PN
relemb	a	va		entend	(e)	ia		decid	i	ia	
relemb	a	va	s	entend	(e)	ia	s	decid	i	ia	s
relemb	a	va		entend	(e)	ia		decid	i	ia	
relemb	a	va	mos	entend	(e)	ia	mos	decid	i	ia	mos
relemb	a	va	is	entend	(e)	ia	is	decid	i	ia	is
relemb	a	va	/N/	entend	(e)	ia	/N/	decid	i	ia	/N/

Imperfeito do Conjuntivo

Radical	VT	TM	PN	Radical	VT	TM	PN	Radical	VT	TM	PN
relemb	a	sse		entend	e	sse		decid	i	sse	
relemb	a	sse	s	entend	e	sse	s	decid	i	sse	s
relemb	a	sse		entend	e	sse		decid	i	sse	
relemb	a	sse	mos	entend	e	sse	mos	decid	i	sse	mo
relemb	a	sse	is	entend	e	sse	is	decid	i	sse	s
relemb	a	sse	/N/	entend	e	sse	/N/	decid	i	sse	is
											/N/

Pretérito Perfeito do Indicativo¹

Radical	VT	TM	PN	Radical	VT	TM	PN	Radical	V T	TM	PN
relemb	a	∅	i	entend	e	∅	i	decid	i	∅	i
r	a	∅	ste	d	e	∅	ste	decid	i	∅	ste
relemb	a	∅	u	entend	e	∅	u	decid	i	∅	u
r	a	∅	mos	d	e	∅	mos	decid	i	∅	mos
relemb	a	∅	stes	entend	e	∅	stes	decid	i	∅	stes
r	a	∅	raN/wN	d	e	∅	raN/wN	decid	i	∅	raN/w N
relemb				d							
r				entend							
relemb				d							
r				entend							
relemb				d							
r				entend							
relemb				d							
r				entend							
relemb				d							
r				entend							

No que às categorias pessoa-numerais diz respeito, os quadros traçados permitem constatar que estas se pautam por regularidades bastante assinaláveis, e que se traduzem (i) pela ausência de marca flexional de 3ª pessoa, com exceção de /w/ no Pretérito Perfeito do Indicativo, (ii) pela ausência de marca flexional de 1ª pessoa, exceção feita ao Presente do Indicativo, em que se manifesta sob a aloforma -o-, ao Pretérito Perfeito do Indicativo, em que se manifesta pela glide /j/, e (iii) pelas seguintes manifestações dos morfemas pessoa-numerais: -ste (2ª Pessoa do Pretérito Perfeito do Indicativo) e -s (2ª Pessoa do Presente do Indicativo e do Conjuntivo e do Imperfeito do Indicativo e do Conjuntivo); -mos (4ª Pessoa), -raN ou /wN/ (6ª Pessoa do Pretérito Perfeito do Indicativo)² e /N/ (6ª Pessoa do

¹ Sobre as divergências de opinião acerca da estrutura morfológica do Pretérito Perfeito Simples, nomeadamente no que diz respeito à expressão da categoria de tempo-aspecto-modo e de pessoa-número, na sexta pessoa, veja-se o que se diz nas duas notas seguintes.

² Porque considera que na sexta pessoa o morfema de Pretérito Perfeito Simples tem a configuração -ra-, Joaquim Mattoso Câmara Jr. defende que o morfema de pessoa apresenta, neste caso, o alomorfe /wN/, graficamente representado por <m>

Presente do Indicativo e do Conjuntivo e do Imperfeito do Indicativo e do Conjuntivo); *-stes* (5ª Pessoa do Pretérito Perfeito do Indicativo) e *-is-* (5ª Pessoa do Presente e do Imperfeito, nos modos Indicativo e Conjuntivo).

Uma das tarefas a que os alunos se poderão consagrar pode, pois, consistir, em traçar dedutivamente os quadros gerais dos constituintes temporo-modais e pessoa-numerais dos verbos de flexão regular, e que os quadros seguintes sintetizam, sem explicitar as variantes alomórficas cotextualmente determinadas.

Tempos-modos verbais	1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
Presente do Indicativo	ø	ø	ø
Presente do Conjuntivo	-e-	-a-	-a-
Imperfeito do Indicativo	-va-	-ia-	-ia-
Imperfeito do Conjuntivo	-sse-	-sse-	-sse-
Pretérito Mais que Perfeito Indicativo	-ra-	-ra-	-ra-
Pretérito Perfeito do Indicativo ¹	ø	ø	ø
Futuro do Presente (do Indicativo)	-ra/e-	-ra/e-	-ra/e-
Futuro do Pretérito ou Condicional	-ria-	-ria-	-ria-
Futuro do Conjuntivo	-r(e)-	-r(e)-	-r(e)-
Imperativo	ø	ø	ø
Gerúndio	-ndo	-ndo	-ndo
Particípio	-do	-do	-do

Pessoas verbais	
P1	-o: Pres. do Indicativo /j/: Pretérito Perfeito e Futuro do Indicativo ø: demais tempos-modos
P2	-ste: Pretérito Perfeito do Indicativo ø: Imperativo -s: demais tempos-modos

(1986: cap. XIII, §53). Ao invés, ao descrever o Pretérito Perfeito do Indicativo como desprovido, em todas as pessoas, de morfema de tempo-aspecto-modo, Maria Helena Mira Mateus atribui ao morfema de sexta pessoa a configuração *-raN* (1997, p. 698). Não disponho, de momento, argumentos em favor de uma ou de outra solução.

¹. Não são unânimes as opiniões acerca da configuração da constituição morfológica do Pretérito Perfeito do Indicativo. Joaquim Mattoso Câmara Jr, em *Estrutura da língua portuguesa* (1986: cap. XIII, §53), considera que na sexta pessoa o morfema de Pretérito Perfeito Simplex tem a configuração *-ra-*. Por seu turno, Maria Helena Mira Mateus (1997, p. 698), descreve o Pretérito Perfeito do Indicativo como desprovido, em todas as pessoas, de morfema de tempo-aspecto-modo.

P3	/w/: Pretérito Perfeito do Indicativo ø: demais tempos-modos
P4	-mos
P5	-stes: Pretérito Perfeito do Indicativo -des: Futuro do Conjuntivo -is: demais tempos-modos
P6	wN ou raN: Pretérito Perfeito do Indicativo ¹ /N/: demais tempos-modos

1.2. Erros de identificação e de representação de constituintes

1.2.1. O conhecimento da morfologia interna dos paradigmas verbais, nas suas variações flexionais, evitaria muitos dos erros na representação gráfica dos tempos e dos modos verbais, e dos pronomes átonos a alguns associados.

Ainda que se trate de um domínio não negligenciável, porquanto a deficiente representação escrita traduz um deficiente conhecimento da morfologia interna das palavras, limitar-me-ei a sumariar algumas reflexões que os tipos de erros mais generalizados me suscitam, permitindo-me remeter o leitor para um estudo mais circunstanciado que a esta matéria consagrei em *Para uma pedagogia do erro* (1999), e cujas ideias centrais aqui retomo.

Muitos dos erros de morfologia verbal mais comuns no Ensino Básico radicam num deficiente domínio da identidade e das funções dos constituintes que integram o verbo, e reflectem uma indevida indistinção entre unidades presas, entre as quais se contam os constituintes internos do verbo, sejam os seus morfemas de tempo- - aspecto-modo ou de número-pessoa, e unidades dependentes, como os clíticos (-se, em *distraiu-se*, *ambientou-se*). Assim se explica que operadores flexionais, como -sse, sejam representados como clíticos (cf. *ingeri-se em vez de *ingerisse*, *fize-se em vez de *fizesse*).

Um aluno de língua portuguesa, sobretudo no final do ensino básico, não pode desconhecer que os morfemas flexionais verbais são constituintes necessariamente presos, sejam eles -mos, morfema de 4ª Pessoa (*andamos*, *comemos*, erroneamente representados por *andamos, *come-mos), ou -sse-, morfema de Imperfeito do Conjuntivo, em *andasse*, *chegasse*, *desmaiasse*, indevidamente representado como *anda-se, *chega-se, *desmaia-se). O erro é tanto mais grave quanto a estes dois últimos tipos de representações gráficas (*andasse* e

¹. Sobre a configuração deste constituinte vejam-se as três notas anteriores.

anda- *-se*) estão associadas estruturas acentuais diferentes que, por as desconhecerem, os alunos tendem a igualizar.

Observemos agora os erros que envolvem uma deficiente percepção e/ou representação dos morfemas temporais. Ilustra esta realidade a confusão entre o Futuro do Indicativo, na 3ª pessoa do plural, com a forma homóloga do Pretérito Perfeito do Indicativo, que se traduz pela indistinção entre *comerão* e *comeram*, igualmente reveladora do desconhecimento da diferente estrutura acentual das palavras (*come'rão* vs *co'meram*).

Frequente é também a deficiente representação da 3ª pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo (*apanhou*, *voltou*) através de uma estrutura formalmente igual à de 1ª pessoa do singular do Presente do Indicativo (*a'panho*, *'volto*), a que erroneamente se atribui um virtual acento agudo (**apa'nho*, **vol'to*). O desconhecimento da diferente estrutura acentual das duas formas verbais e o alheamento da possível confusão entre os dois tipos de estruturas morfológicas são intoleráveis no termo do Ensino Básico, num aluno que tem a língua portuguesa como língua materna. Para este erro pode porventura contribuir a crescente tendência para se pronunciar o ditongo <ou> de forma monotongada. Mas cabe ao professor, socorrendo-se da explicação adequada, contornar esta insustentável situação de erro.

1.2.2. Muitos dos erros gráficos e/ou fonéticos, que se traduzem por adições, omissões, simplificações, inversões e substituições têm motivação fonética e alcance morfo-lexical, reflectindo a errada configuração fónica que é atribuída à palavra, e repercutindo-se na sua estrutura morfofonológica. Na verdade, trata-se de erros de expressão ou de manifestação fónica e gráfica que radicam no não (re)conhecimento da estrutura morfo-lexical da palavra em jogo. Estes erros podem ser facilmente corrigidos com recurso à decomposição da unidade lexical nos seus constituintes, ou seja, com recurso à identificação da sua estrutura de base e/ou dos afixos nela presentes.

Os erros que se seguem (cf. Quadro 1.2.2.A) representam uma aproximação a uma escrita quase fonética (**medecina*) ou reflectem uma deficiente representação da estrutura formal e até mesmo sígnica da palavra (**facelidade*, **fetubolista*). Em numerosos casos o desconhecimento que estes erros patenteiam pode ser mitigado através da simples associação da palavra com a sua base ou com uma palavra

da mesma família/paradigma etimológico (entre [...] nos quadros desta secção).

Quadro 1.2.2.A	Grafia correcta	Grafia incorrecta
Erros superáveis com recurso à estrutura morfo-lexical	futebolista [cf. futebol] medicina [cf. médico] molhado [cf. molha]	fetubolista medecina mulhado

Grafias do tipo **desfarçado* em vez de *disfarçado*, bem como a de **destinto* por *distinto* radicam no não reconhecimento do prefixo *dis-*, presente em numerosas outras palavras (*discordar, dissociar*). A exemplificação e decomposição abundantes de produtos portadores deste prefixo, na medida em que promovem uma consciencialização da estrutura formal e semântica de *dis-*, devem sanar esta dificuldade.

Observemos agora (cf. Quadro 1.2.2.B) erros que envolvem omissão de algumas unidades fónicas/gráficas. Os erros que afectam as vogais pré-tónicas têm origem no fenómeno de elevação e recuo destas vogais átonas (*mistério vs misterioso, oferta vs oferecer*), no português europeu.

Quadro 1.2.2.B	Grafia correcta	Grafia incorrecta
Erros por omissão superáveis através do conhecimento da estrutura morfológica	apetecer [cf. appetite] misterioso [cf. mistério] perigoso [cf. perigo]	aptecer mistrioso prigoso

Por último, os erros de inversão que o quadro 1.2.2.C ilustra têm uma natureza claramente morfo-lexical: na sua origem está, uma vez mais, a insensibilidade à composicionalidade da palavra, o desconhecimento de qual a unidade prefixal ou de qual a base lexical em jogo e/ou de qual a sua correcta representação.

Quadro 1.2.2.C	Grafia correcta	Grafia incorrecta
Prefixo per-	perfurar percorrer	prefurar precorrer
Prefixo pre-	preconceito prejuízo	perconceito perjuízo
Radicais lexicais	terceira [cf. dois terços, terça parte] impressionar [cf. pressão]	treceira impercionar

Mais ou menos camuflados sob a forma de representações fónicas e/ou silábicas alteradas ou adulteradas, os erros de identificação/individualização lexical são de gravidade acrescida, pois envolvem uma deficitária apreensão e compreensão da estrutura da palavra, do semantismo, e portanto do valor semiótico dos seus constituintes.

A decomposição da estrutura interna/morfológica da palavra, a explicação da sua composicionalidade, da evolução do semantismo no sentido das lexicalizações actuais, ajudam a dissipar algumas das fontes do erro.

1.3. Segmentação de constituintes afixais

O não conhecimento ou o descaso em relação à estrutura interna dos verbos é responsável por descrições erróneas por parte das nossas gramáticas pedagógicas de alguns produtos deverbais. Em adjectivos ou em nomes do tipo *ajudante*, *assistente*, *combatente*, *constituente*, *contribuinte*, *ouvinte*, *poluente*, *repelente*, *resistente*, *seguinte*, *servente*, *tolerante* e *viajante*, o sufixo não é **ante*, **ente* ou **inte*, como indevidamente se preconiza em alguns manuais, mas *-nte*¹, sendo *-a-* (*ajudante*, *tolerante*, *viajante*), *-e-* (*assistente*, *combatente*, *doente*, *lente*, *poluente*, *repelente*, *resistente*, *servente*) e *-i-* (*constituente*, *contribuinte*, *pedinte*, *ouvinte*, *seguinte*) instanciações das vogais temáticas da base. A vogal que precede o sufixo é a VT, pelo que, como constituinte da base que dá forma à variação alomórfica desta, deve ser dissociada do constituinte sufixal.

Os demais sufixos deverbais são, assim, *-ção*, *-ment-*, *-vel*, e não **a/ição*, **-a/iment-*, **á/ível*.

Acresce que um cabal conhecimento da estrutura interna dos temas verbais presentes em derivados portadores destes sufixos permitiria descortinar que, tal como nos nomes deverbais em *-ção* (*arrumação*, *perdição*, *fruição*), também no caso dos portadores de *-mento* os temas verbais seleccionados pelo sufixo são os de Passado (ou não-Presente), verificando-se o mesmo tipo de neutralização das vogais temáticas que ocorre nos participios passados das segunda (*adormecido*, *atrevido*, *perdido*, *respondido*) e terceira conjugações (*aferido*, *atraído*, *conduzido*, *demolido*, *mentido*, *transferido*).

Assim nos nomes em *-mento*, a VT (*-i-*) é comum aos nomes que têm por base verbos da segunda (*adormecimento*, *aquecimento*, *conhecimento*, *movimento*, *sofrimento*, *varrimento*) e da terceira conjugações (*despedimento*, *ferimento*, *impedimento*). Os nomes que têm por base temas verbais inscritos na 1ª conjugação apresentam, naturalmente, a vogal temática *-a-* (*alojamento*, *arruamento*, *internamento*, *juramento*, *loteamento*, *recrutamento*, *visionamento*).

O mesmo tipo de distribuição é a que ocorre aquando da adjunção do sufixo *-vel* a bases verbais, uma vez que quando se trata de verbos da primeira conjugação a VT é *-a-* (*educável*, *tratável*), sendo *-i-* em bases verbais da segunda (*combatível*, *temível*) e da terceira

¹. Sobre as fronteiras dos constituintes afixais e os princípios que presidem à sua identificação ver Rio-Torto (1998 a, p. 13-49).

conjugações (*constituível, punível*).

Sufixo	VT do produto: -a	VT do produto: -e	VT do produto: -i
-nte	[tolera]TV nte [viaja]TV nte	[assiste]TV nte [combate]TV nte [polue]TV nte [repele]TV nte	[constitui]TV nte [contribui]TV nte [seguir]TV nte
-ção	[arruma]TV ção		[perdi]TV ção [frui]TV ção
-mento	[aloja]TV mento [arrua]TV mento [lotea]TV mento [visiona]TV mento		[adormeci]TV mento [aqueci]TV mento [conheci]TV mento [despedi]TV mento [feri]TV mento [impedi]TV mento
-vel	[educá]TV vel [tratá]TV vel		[combatí]TV vel [temí]TV vel [constituí]TV vel [puní]TV vel

Um outro aspecto para o qual importa chamar a atenção prende-se com a necessidade de proceder a uma correcta identificação das unidades afixais, dissociando-as, por exemplo, dos marcadores de classe que lhes são adjacentes, à direita. Assim, o sufixo presente em *aventureiro* não é *-eiro*, mas *-eir-*. Como a própria variação em género evidencia (*aventureiro/a*), *-eiro* ou *-eira* representam uma sequência de constituintes, sendo *-eir-* um sufixo derivacional e *-o/-a* o marcador de classe. O mesmo se aplica a *-os-* (*famoso*), *-ic-* (*metódico*), *-esc-* (*gigantesco*), *-an-* (*peçoano*), *-ári-* (*lendário*), *-en-* (*chileno*), *-ent-* (*ciumento*), *-in-* (*manuelino*), *-onh-* (*medonho*).

De igual modo, a fronteira direita dos afixos verbais, sejam sufixos ou circunfixos, situa-se imediatamente à esquerda da VT. Como integrador paradigmático do tema verbal que é, a VT não faz parte do corpo do sufixo ou do circunfixo. Assim, são os seguintes os afixos (sufixos e circunfixos) verbalizadores do português:

Sufixos	Verbos denominais ou deadjectivais
-iz-	<i>amenizar, canalizar, comercializar, escandalizar, escravizar, eternizar</i>
-ific-	<i>clarificar, estupidificar, exemplificar</i>
-ec-	<i>alvorecer, amarelecer, escurecer, favorecer</i>
-esc-	<i>florescer, ruborescer</i>
-e-	<i>altear, branquear, cabecear, chapear, clarear, coxear, custear, falsear</i>

-ej-	<i>amarelejar, fraquejar, gotejar, verdejar, rumorejar, versejar, voejar</i>
------	--

Circunfixos	Verbos denominais ou deadjectivais
-a ... iz-	<i>aterrorizar, atemorizar</i>
-en ... iz-	<i>encolerizar</i>
-a ... ec-	<i>amadurecer, amolecer, apodrecer, amanhecer, anoitecer</i>
-en ... ec-	<i>embaratecer, empalidecer, engrandecer, enraivecer, enrouquecer</i>
-es ... ec-	<i>esclarecer</i>
-a ... e-	<i>assenhorear</i>
-en ... e-	<i>enlamear</i>
-es ... e-	<i>esfaquear, espernear, estontear, esverdear</i>
-a ... ej-	<i>apedrejar</i>
-es ... ej-	<i>esbravejar</i>

O domínio dos conceitos de classes morfológicas que servem de base aos produtos genolexicais revela-se fundamental para a correcta identificação da estrutura interna destes. Neste capítulo, ressalta a necessidade de proceder a um correcto reconhecimento de qual o tipo de classe morfológica que está na base do produto em jogo, obviando assim a que a VT que faz parte do tema da base seja indevidamente associada ao sufixo.

Dispomos hoje em dia de um conhecimento suficientemente alargado de quais os tipos de classes morfológicas que operam nos diferentes paradigmas derivacionais.

As bases sobre as quais operam os processos de sufixação podem ser temas verbais (sufixação deverbal), radicais verbais, nominais e adjectivais (sufixação deverbal, denominal e deadjectival) e, mais restritamente, palavras.

O quadro que se segue contém exemplos de produtos que têm por base temas verbais, radicais verbais, nominais e adjectivais. Neles os produtos encontram-se apenas categorizados com base na classe sintáctica (N, A, V).

Base: tema verbal	Base: radical verbal
[[dobra]TemaV gem]N	[[respond]RadV ão]A
[[aconteci]TemaV ment]N	[[facilit]RadV ismo]N
[[educal]TemaV ção]N	[[rabuj]RadV ice]N
[[rendi]TemaV ção]N	
[[florescê]TemaV ncia]N	
[[aspira]TemaV dor]N	
[[transita]TemaV vel]A	
Base: radical adjectival	Base: radical nominal
[[pacat]RadA ez]N	[[ambient]RadN al]A
[[velh]RadA ice]N	[[rug]RadN os]A
[[seguid]RadA ismo]N	[[metod]RadN ic]A
[[obscur]RadA ec]V	[[exempl]RadN ific]V
[[solid]RadA ific]V	[[flor]RadN esc]V

Uma análise mais circunstanciada das classes morfológicas de base envolvidas nos paradigmas derivacionais do português (cf. Rio-Torto, 2000 e 2001) permite constatar que, no âmbito das relações heterocategoriais, o tema verbal é predominantemente usado como base de produtos deverbiais, e que nos demais casos é a seleção de radicais, nominais e adjectivais, que impera na formação de produtos heterocategoriais.

1.4. Classes morfológicas e estrutura acentual

Um dos domínios relativamente ao qual o conhecimento da morfologia interna das palavras se revela de importância fulcral é o da estrutura acentual das mesmas.

Na tradição gramatical que, em grande parte, as gramáticas pedagógicas reflectem, a estrutura acentual das palavras parece pautar-se por regularidades não estruturalmente motivadas (a estrutura acentual dominante em português é a paroxítona), e por excepções (palavras oxítonas e proparoxítonas), marcadas como idiossincráticas, ou explicáveis historicamente.

A classificação acentual das palavras é feita com base na estrutura fonética e, mais precisamente, em função da posição da sílaba que recebe maior proeminência ou peso acentual/prosódico. Assim se distinguem as palavras agudas, graves e esdrúxulas, consoante o acento de intensidade se manifesta na última, na penúltima

e na antepenúltima sílaba. Esta abordagem não permite inferir quaisquer tipos de regularidades quanto à estrutura acentual da nossa língua, possibilitando quando muito identificar como contorno acentual mais comum o paroxítono. Este tipo de tratamento tem sobretudo o inconveniente de não estabelecer uma relação orgânica entre a estrutura acentual e a estrutura morfológica das palavras. Ora, estudos recentes demonstram a dependência da estrutura acentual relativamente à constituição morfológica das palavras, ou seja, aos tipos de classes morfológicas que as constituem.

Em trabalho de 1983, Maria Helena M. Mateus estabeleceu as seguintes regras gerais da acentuação do português: (i) acentuar a sílaba que contém a última vogal do radical, nos N e A; (ii) acentuar a sílaba que contém a última vogal do tema, nos V. Nelas se evidencia a conexão entre estrutura acentual e constituição morfológica das palavras. Sem sofrer contestação, no essencial, as regras enunciadas viriam a ser revistas por Isabel Pereira (1999: 4.5. e 4.6.), na sua dissertação de Doutoramento (inérita), intitulada *O acento de palavra em português: uma análise métrica*, cujos pontos de vista aqui reproduzo.

1.4.1. Acento nos Nomes e Adjectivos

A análise da morfologia interna dos nomes/adjectivos e dos verbos das classes morfológicas e, mais precisamente, das características formais e funcionais dos morfemas que os constituem, permite distinguir, segundo Pereira (1999), dois grandes grupos de nomes/adjectivos quanto à sua estrutura acentual: (I) os que são portadores de acento **não marcado**, em que este recai na sílaba que contém a última vogal (nuclear) do radical, seja simples (I.1.1.) ou derivado (I.1.2.); e (II) o dos que são portadores de acento **marcado**, em que este recai na sílaba que contém a penúltima ou a antepenúltima vogal do radical.

O primeiro grupo (cf. Quadro I) comporta, assim, palavras graves e também palavras agudas, constituídas apenas pelo Radical, e que terminam em vogal ou ditongo tónicos, ou em /R/, /S/ e /L/. O contorno acentual não marcado é tipicamente o mais comum e, portanto, o mais representado na língua.

O segundo grupo (cf. Quadro II) comporta os casos menos comuns e, por isso, **marcados** — aqueles em que o acento recai na sílaba que contém a penúltima (II.1.) ou a antepenúltima (II.2.) vogal do radical. No primeiro destes dois últimos casos, que integra palavras esdrúxulas e palavras graves, a sílaba portadora de acento de

intensidade é marcada o mais das vezes por diacrítico ortográfico, obrigatório no caso das esdrúxulas, e muito frequente no das graves. O derradeiro conjunto (II.2.), que configura o conjunto acentual mais diferenciado e periférico, integra apenas palavras esdrúxulas, intrinsecamente marcadas sob o ponto de vista ortográfico.

Os quadros que se seguem, traçados de acordo com a análise desenvolvida por Pereira (1999), ilustram o exposto.

Quadro I.

Acento não marcado : o acento recai na sílaba que contém a última vogal (nuclear) do radical, seja este simples ou derivado	
I.1. Palavras terminadas em vogal átona	I.1.1. Radical simples: [[pont]R e], [[pont]R a], [[pont]R o] [[pared]R e], [[janel]R a], [[quadr]R o] I.1.2. Radical derivado: [[florist]R a] [[floreir]R a] [[cordoari]R a] [[cordam]R e] [[cabeleir]R a] [[cabeleireir]R o] [[perigosidad]R e] [[clientelism]R o] [[aconteciment]R o]
I.2. Palavras terminadas em vogal ou ditongo tónico, oral ou nasal	I.2.1. Vogal/ditongo tónica/o oral [avô]R [avó]R [rubi]R [caju]R [boné]R [sofá]R [champô]R [jacaré]R [faraó]R [organdi]R [chapéu]R [herói]R [balandrau]R [carapau]R I.2.2. Vogal/ditongo tónica/o nasal [romã]R [atum]R [farolim]R [irmão]R [aldrabão]R
I.3. Palavras agudas terminadas em /R/, /S/, /L/	. [tambor]R [familiar]R [pomar]R . [feliz]R [juiz]R [arroz]R [inglês]R [sensatez]R . [animal]R [juvenil]R

Quadro II.

Acento marcado : o acento recai na sílaba que contém a penúltima ou a antepenúltima vogal do radical	
II.1. a sílaba acentuada é a que contém a penúltima vogal do radical, por via de regra marcada por diacrítico ortográfico (obrigatório no caso das esdrúxulas e frequente no das graves):	<p>II.1.1. palavras esdrúxulas: [[rápid]R o] [[séquit]R o] [[estômag]R o] [[sóbri]R o] [[dúvid]R a] [[súplic]R a] [[cómod]R a] [[cóler]R a] [[águ]R a] [[cálic]R e] [[espéci]R e] [[célebr]R e]</p> <p>II.1.2. palavras graves: [fútil]R [nível]R [réptil]R [saudável]R [açúcar]R [âmbar]R [óscar]R [fémur]R [lápis]R [húmus]R [cútis]R [forum]R [órgão]R [orégão]R [trólei]R [pónei]R [táxi]R, [júri]R</p>
II.2. a sílaba acentuada é a que contém a antepenúltima vogal do radical	[[álcool]R [[Júpiter]R [[sífilis]R [[júnior]R [[espécimen]R, [[álibi]R [[ípsilon]R

Muitas vezes historicamente motivadas, estas formas que integram os casos marcados não são paradigma para a entrada de novas palavras no português, que, por via de regra, se pautam pelo padrão mais geral.

Uma breve nota para explicitar que os advérbios ou configuram casos marcados, historicamente motivados, ou inscrevem-se no padrão mais geral da acentuação, e que as conjunções, as preposições e os pronomes, ou não são acentuada/os, ou seguem uma das regras formuladas.

A observação destes quadros impõe o seguinte comentário: continua válida a distribuição dos não verbos pelas três classes acentuais tradicionalmente consagradas: agudas, graves e esdrúxulas. Não obstante, uma análise que assente na relação entre a estrutura prosódica e a estrutura morfológica da palavra permite redistribuir de outra forma os nomes e os adjetivos, nomeadamente os oxítonos, representados em I.2. e em I.3., a partir de agora considerados como não marcados, isto é, como instanciando o padrão mais típico da acentuação (aquele em que o acento recai na sílaba que contém a última vogal do radical), ainda que configurem conjuntos relativamente menos numerosos e mais periféricos do que o que é constituído pelas unidades de tipo I.1. Por outro lado, muitas palavras graves, representadas em II.1., passam a integrar o conjunto das unidades

acentualmente marcadas, uma vez que naquelas o acento recai na sílaba que contém a penúltima vogal do radical. Com esta nova visão da realidade prosódica do português, derroga-se o axioma, tantas vezes repetido de geração em geração, de que o padrão acentual mais paradigmático na nossa língua era o das palavras graves.

1.4.2. Acento nos verbos regulares

Mais sistemático e não confinado à tradicional dicotomia rízetónico-arízetónico, é também o conhecimento de que actualmente dispomos relativamente à estrutura acentual dos verbos (padrões regulares), e à sua íntima correlação com a estrutura morfológica destes. Por falta de espaço, sumariarei apenas as linhas gerais da reflexão mais recentemente produzida nesta área, por Maria Helena Mira Mateus (1983) e por Isabel Pereira, na dissertação de doutoramento acima mencionada (1999: 4.6.).

Conjugando os resultados apurados por estas duas investigadoras, podemos formular do seguinte modo as regularidades que presidem à posição do acento tónico nos verbos:

(i) Um dos casos mais periféricos, até pela sua génese, é o que diz respeito ao Futuro do Indicativo e ao Condicional, pois nestes casos acentua-se a sílaba que contém o morfema de TAM.

(ii) A situação mais paradigmática é aquela em que é acentuada a sílaba (aqui sinalizada por ser precedida de ') que contém a VT (*relem'brar, relem'brado, relem'brando, relem'brares, relem'bramos, relem'brarmos, relem'brarem, relem'brei, relem'braste, relem'brou, relem'brámos, relem'brastes, relem'braram*). Tal acontece também quando a VT é seguida de morfema de TAM, o que se verifica nos tempos do Passado (*relem'brava, enten'dia, deci'dia, relem'brasse, enten'desse, deci'disse*).

(iii) Nos casos em que a VT é omissa, acentua-se a sílaba que contém a vogal do Radical, configurando as chamadas formas rízetónicas. Assim acontece no Presente do Conjuntivo ((*eu*) '*ande, 'andes, (ele)'ande, 'andem*), em que a VT é suprimida por força da presença do morfema de TAM.

(iv) Na ausência de sufixo de TAM, actuam princípios rítmicos, que habitualmente tendem a fazer recair o acento na penúltima sílaba (v.g. no Presente do Indicativo: *re'lembro, re'lembras, re'lembra, re'lembra(m)*).

2. Classes sintáticas

A primeira parte desta reflexão foi consagrada às classes morfológicas. Nesta segunda parte proponho-me caracterizar as classes sintáticas, também por vezes denominadas classes gramaticais, não raro confundidas com aquelas em algumas gramáticas escolares¹.

Por classes sintáticas designam-se aqui as classes lexicais — cada uma das quais naturalmente caracterizada por propriedades gramaticais específicas — que podem funcionar como núcleo de sintagmas (SN, SV, SP), tais como Nome, Adjectivo, Verbo, Advérbio, Preposição.

Um dos estudos mais relevantes de caracterização das classes sintáticas, também denominadas "categorias verbais", "classes de palavras", "partes da oração", é o de E. Coseriu, *Sobre las categorías verbales ("partes de la oración")* [1955] (1978). Nele se dá conta da diferença entre categorias e classes sintáticas (ou categoria *vs* esquema material que a realiza ou manifesta), nele se dilucidam os diferentes critérios que têm presidido à classificação das classes sintáticas, nele se esclarece a distinção entre categoria primária e secundária e entre significação lexical, significação categorial e significação instrumental (Ib., 1978: 69). A reflexão que se segue é, pois, largamente tributária do pensamento deste autor, neste seu texto ensaístico.

Uma das explicações possíveis para o facto de frequentemente se confundirem classes morfológicas com classes sintáticas prende-se com a circunstância de na nossa, como em outras línguas românicas, a identidade das classes sintáticas estar fortemente travejada em impressivas propriedades morfológicas. Por outras palavras, a estrutura e a própria configuração das classes sintáticas é caracterizada por marcas morfológicas que funcionam como traços

¹. Tanto quanto se pode observar, na secção consagrada à Morfologia da proposta de "Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário" (2000- - 2001), em elaboração pelo Ministério da Educação, e que se destina a vigorar nos próximos anos, as "categorias morfológicas" consignadas são as de Afixo, Radical, Tema e Palavra, podendo estas três últimas ser marcadas com os traços [adjectival], [adverbial], [nominal] ou [verbal]. Considerar a Palavra, seja ela Adjectivo, Advérbio, Nome ou Verbo, como uma "categoria morfológica", perpetua a indistinção entre o condicionamento sintáctico de cada uma destas classes (V, N, A, Adv.) e a constituência morfológica da categoria Palavra, que pode comportar outras classes morfológicas de constituintes, tais como radicais, temas, vogal temática, sufixos flexionais.

definitórios daquelas, sejam de tempo-aspecto-modo, de pessoa, de número ou de género.

Não vou caracterizar aqui cada uma das classes sintácticas relativamente às marcas gramaticais, nomeadamente flexionais, e à estrutura morfológica de cada uma, pois interessa centrar a reflexão na distinção entre classes sintácticas e funções sintácticas ou funções gramaticais (sujeito (SU), predicado (PRED), objecto directo (OD), objecto indirecto (OI), Complemento Circunstancial (CC) tantas vezes confundidas com aquelas.

Na sequência de Chomsky (1970), as chamadas "categorias maiores" podem ser caracterizadas através da combinação dos seguintes dois traços: $[\pm N]$, $[\pm V]$.

N: $[+N, -V]$ V: $[-N, +V]$ Adj.: $[+N, +V]$ Prep.: $[-N, -V]$

Estes dois traços categoriais ($[\pm N]$ e $[\pm V]$) permitem reordenar as várias classes em função das propriedades comuns que possuem. O traço $[+N]$ remete para a capacidade denominativa que os nomes têm e que se pode estender a alguns adjectivos, bem como para o comum comportamento flexional de uns e de outros (ainda que não extensivo a todos os membros de ambas as classes). O traço $[+V]$ dá conta da capacidade que verbos e (alguns) adjectivos têm de funcionar como predicadores.

Cada uma destas categorias pode funcionar como núcleo de categorias mais extensas e hierarquicamente superiores, as categorias sintagmáticas (SN, SV, SP, SA)¹. Um sintagma desenha-se, assim, como a projecção máxima de uma categoria sintáctica, seus especificadores, complementos e adjuntos.

A classe sintáctica com que uma palavra é usada, em cada ocorrência textual, só pode ser verdadeiramente apurada em contexto. Não se pretende com isto dizer que a cada signo não esteja sistemicamente associada uma categoria sintáctica matricial, da qual se derivam, por recategorização, outros usos sintacticamente possíveis: *jantar*, *comer*, *andar*, *poder*, são primordialmente verbos que, por

¹. Sobre os tipos e estrutura das classes sintácticas, veja-se Mateus (1989: cap. 9: "Categorias sintácticas: tipos e estrutura interna").

vezes, se nominalizam, denotando não eventos mas produtos, perdendo então a estrutura argumental que, na qualidade de verbos, convocam. Quando dizemos "o jantar estava óptimo" ou, no plural, "os jantares estavam óptimos" não nos estamos necessariamente a referir ao acto de jantar, mas ao(s) produto(s) que ingerimos ou de que participámos.

Também estamos habituados a que muitos adjectivos se substantivem ("saber admirar *o belo* é algo de muito gratificante"; "foi *o belo* e *o bonito*"; "*o espantoso* foi que ..."; "*os idiotas* ..."), e até a que alguns nomes sejam usados com valor predicativo (v.g. *águia*, *canário*, *burro*, *camelo*, *lesma*, *monstro*, *paquiderme*, *raposa*, *rouxinol*, *urso*, *víbora*), ou mesmo atributivo, a que se associam habitualmente propriedades positivas ou negativas. São portadores de marcas disfóricas *burro*, *asno*, *borracho* ("é *burro*, aquele", "seu *asno!*", "que *borracho!*", no sentido de 'ébrio'; quando significando 'atraente', *borracho* é marcado positivamente/favoravelmente).

Menos frequentemente, outras classes sintácticas (v.g. as preposições) podem ser objecto de lexicalização, substantivando-se ("pesar os *prós* e os *contras*"), o mesmo podendo acontecer a compostos sintagmáticos ("um *vaivem*", "um *quiproquo*") ou até a alguns constituintes presos, como os sufixos derivacionais, que podem adquirir autonomia sintáctica (cf. "estamos numa época de demasiados *ismos*").

Em suma, porque várias possibilidades de categorização sintáctica são permitidas a alguns signos, é o cotexto que determina qual a instanciada em cada circunstância específica.

Um dos aspectos que importa sublinhar é o de que não se podem confundir classes sintácticas com funções sintácticas. Antes de tecer algumas considerações teóricas sobre funções sintácticas, aqui entendidas como manifestações de relações gramaticais intraproposicionais, e de equacionar quais as mais relevantes na língua portuguesa, relembro que as classes sintácticas podem ser preenchidas por N, A, V, Prep., etc, e que as **funções sintácticas** mais representativas são as de SU, Pred. OD, OI ¹.

Uma leitura menos informada do capítulo 7 ("Frases, oração, período") da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra, poderá induzir em erro, porquanto nela parecem confundir-se constituintes [\pm essenciais] da frase com as

¹. Sobre estas veja-se Campos, 1991, cap. 4 "Sobre funções gramaticais", p. 55- - 79.

funções sintáticas por estes desempenhadas.

Distinguem os autores termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios. O problema não reside na hierarquia proposta, entre termos [\pm essências], [\pm acessórios], com a qual ninguém estará em desacordo. Mas se por "termos" entendermos os constituintes da frase, também uns mais essenciais/acessórios que outros, então dir-se-ia que os termos da frase são os SN, SV, SP, SA, que a constituem. Ora, Celso Cunha & Lindley Cintra consideram como termos essenciais o sujeito e o predicado, como termos integrantes os complementos nominais e verbais, sejam o complemento directo ou o indirecto, preposicionado(s) ou não, e como termos acessórios os adjuntos adnominais e adverbiais, que em parte recobrem os tradicionalmente designados complementos circunstanciais. A menos que se introduza uma distinção entre termos constituintes e termos funcionais, o que efectivamente acontece é que, por metonímia, se designa o constituinte pela função sintáctica que mais tipicamente ele desempenha; mas a leitura não devidamente comentada deste capítulo pode induzir o aluno a fazer equivaler constituinte ou termo frásico com função sintáctica, o que é de evitar. O que efectivamente acontece é que se fala em constituintes ou termos essenciais porque essenciais são as funções sintáticas por estes desempenhadas.

Também Mateus (1989: 8.1., p. 160-161) faz coincidir os constituintes ou termos essenciais numa frase, assim considerados à luz duma perspectiva lógico-proposicional, com o seu valor sintáctico, quando afirma: «Um domínio sintáctico de predicção — i.e., uma ORAÇÃO, contém dois termos fundamentais: o **predicado**, i.e., o constituinte ou sequência de constituintes formado pelo predicador e pelo(s) seu(s) argumento(s) interno(s), e o **sujeito**, i.e., o constituinte que satura o predicado ou, por outras palavras, o argumento externo do predicador».

Para uma maior clarificação dos problemas em análise, deve ter-se em conta o seguinte conjunto de dados.

Uma frase pode compreender um determinado número de constituintes sintagmáticos — o sintagma verbal, um ou vários sintagmas nominais, um ou vários sintagmas preposicionais, um ou vários sintagmas adverbiais.

Alguns destes constituintes sintagmáticos revelam-se mais imprescindíveis do que outros, sendo que o carácter mais essencial ou mais acessório é em grande parte determinado pela estrutura valencial/argumental do verbo da frase, e da relação proposicional que este estabelece com os seus argumentos.

Um constituinte pode desempenhar diversas funções sintáticas e até semânticas dentro da frase, dependendo aquelas do tipo de relação intrafrásica ou intraproposicional que entre si mantêm os diferentes constituintes em presença. Um SN pode funcionar como (isto é, desempenhar a função sintática de) SUJEITO, pode assegurar a função de OBJECTO DIRECTO, mas pode igualmente funcionar como constituinte interno de um SPreposicional, comungando então da função sintática que o sintagma, no seu todo, desempenha. Como a língua portuguesa é uma língua SVO, o SN à esquerda do SV desempenha tipicamente, em frases não marcadas, a função de SUJEITO.

Admitamos que as funções sintáticas relevantes na nossa língua são as seguintes, definidas por testes formais específicos (substituição pronominal anafórica, resposta não redundante a interrogativas de instanciação) propostos por Mateus (1989, cap. 8.1.): SUJEITO, PREDICADO, OBJECTO (ou complemento) DIRECTO, OBJECTO (ou complemento) INDIRECTO, (complemento) OBLÍQUO e (complementos) CIRCUNSTANCIAIS ¹.

Uma diferença substancial aqui consignada e que importa reter é a que distingue **obliquos** de **circunstanciais**. Como a própria designação explicita, estes são acessórios, dispensáveis, e frequentemente dotados de assinalável mobilidade dentro da frase. Os obliquos, ao invés, são complementos essenciais, nucleares, indispensáveis à completude sistémica da semântica do verbo, exigidos pela estrutura valencial deste. Nem sempre são, contudo, obrigatoriamente verbalizados, podendo ser omissos superficialmente quando de alguma forma estão incorporados na compreensão semântica do verbo, ou quando os consideramos ilocutoriamente dispensáveis. Da mesma maneira que me posso abster de explicitar o argumento OBJECTO do verbo *beber*, quando digo "ontem beberam bastante", em vez de "ontem beberam [líquidos] em abundância, em demasia", ou "ontem só consegui estacionar longe da Faculdade", por "ontem só consegui estacionar o carro longe da Faculdade", também me posso dispensar de explicitar o DESTINO/LUGAR DE ou PARA ONDE quando afirmo "hoje desloquei-me de táxi".

Um exemplo paradigmático de verbos cuja estrutura valencial/argumental exige um constituinte com função de OBLÍQUO,

¹. Para uma caracterização das diferentes funções sintáticas e dos esquemas de organização sintáctica das frases básicas do português veja-se Mateus (1989: 81. e 8.2.).

mais especificamente de LOCATIVO, é o dos verbos de movimento, de deslocação (*ir para, vir de, partir para, passar por, deslocar-se a*) ou de simples localização (*viver em, morar em, estacionar em*). Quando dizemos "ontem fui a Lisboa", o verbo *ir* é um verbo de dois lugares que pressupõe por isso algo/alguém que vai e o respectivo destino para o qual algo/alguém se dirige: por isso o sintagma "a Lisboa" não mantém com os demais constituintes uma relação acessória, circunstancial, mas uma relação essencial, nuclear, que se pode denominar de OBLÍQUO/LOCATIVO.

Acessória, à luz da estrutura bivalencial do verbo em causa, que não à luz de critérios semântico-pragmáticos, é a informação "de carro" ou "de avião", por isso considerada circunstancial. De igual modo, verbos de três lugares como *pôr, cortar, distribuir*, exigem um oblíquo obrigatório com função de LOCATIVO (*pôr algo em algum lugar*), de INSTRUMENTAL (*cortar com algo*).

Muitas vezes omitimos, porque consideramos ilocutoriamente não relevante, alguma da informação associada a um predicador verbal como *cortar* ("Cortou-se há dias e a ferida ainda não cicatrizou"). Mas uma tal omissão não impede que o enunciado seja compreendido como gramaticalmente correcto, e tal omissão não anula a estrutura argumental de três lugares por que se caracteriza sistemicamente este verbo: no sistema gramatical/das relações gramaticais da nossa língua este predicador verbal integra-se no conjunto dos verbos trivalentiais (x corta y com z)

Em alternativa a esta análise que, como todas, tem virtualidades e insuficiências, outros autores praticam uma análise de tipo dependencial-valencial, que promove a distinção entre ACTANTES — obrigatórios, incorporados no significado do verbo, como *dormir* [um sono], e facultativos, isto é, passíveis de elisão contextual, como *estacionar* — e CIRCUNSTANTES ¹.

Não obstante a relevância dos testes habitualmente usados para demarcar o essencial do acessório, nem sempre é linear distinguir o que é complemento actancial de circunstancial, e bem assim actante

¹. Recorrendo aos testes da substituição anafórica, da interrogação, da distribuição em relação ao verbo, e da passivização, Vilela (1999: 325-344) estabelece um quadro de dez funções actanciais ou argumentais, assim constituído: A1 (sujeito); A2 (complemento directo); A3 (complemento indirecto); A4 (complemento preposicional), A5 (complemento locativo-situativo); A6 (complemento locativo-direcciona); A7 (complemento de tempo); A8 (complemento de medida, duração, preço); A9 (complemento de modo); A10 (predicativo de CD de verbos bivalentes).

obrigatório e facultativo.

Neste âmbito, impõe-se uma derradeira chamada de atenção para o facto de ser fundamental distinguir (i) SP que constituem verdadeiros actantes do Verbo, e que, por desempenharem a função de complemento (obrigatório) preposicional, ou a de oblíquo, não devem ser linearmente remetidos para o espaço do Complemento Indirecto (preposicionado), como por vezes sucede em algumas gramáticas pedagógicas, de (ii) SP que desempenham outras funções, à cabeça das quais a de Complemento Indirecto. Só o cabal conhecimento da estrutura valencial/argumental do predicado verbal pode dar resposta segura a esta tarefa.

Por último, resta evidenciar em que medida a estrutura argumental dum verbo determina o valor argumental e a relevância estrutural das unidades sintagmáticas com ele coocorrentes. Um exemplo amplamente dissecado (Vilela: 1999, p. 339-340), e que ilustra o diferente valor sintáctico que um mesmo constituinte pode ter é o seguinte: "O Luís colocou o livro na prateleira" e "O Luís descobriu o livro na prateleira". Embora em ambos os casos o SP "na prateleira" tenha a mesma função de locativo, a verdade é que ele não tem o mesmo estatuto relativamente a *colocar*, verbo de três lugares (alguém coloca algo em algum lugar), e relativamente a *descobrir*, verbo de dois lugares (alguém descobre algo). No primeiro caso trata-se de um complemento nuclear ou actancial (a sua supressão tornaria a frase agramatical), no segundo caso trata-se de um circunstante (a sua omissão não induz agramaticalidade).

Nada autoriza, pois, a confundir um constituinte com as funções sintáticas que ele pode desempenhar, e do mesmo modo nada autoriza a confundir funções sintáticas com os tipos de constituintes por que se realizam.

BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso (1986) — *Estrutura da língua portuguesa* [1970]. 16ª edição. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1986.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa & Maria Francisca Xavier (1991) — *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa, Universidade Aberta.
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de (1984 a) — *Actualizadores léxicos*. In: *Estudos Linguísticos*, vol. 3. Coimbra, Coimbra Editora, pp. 5-26.
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de (1984 b) — *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas*. Tomo II. Coimbra, Coimbra Editora.

- COSERIU, Eugenio (1978) — *Sobre las categorías verbales ("partes de la oración")* [1955]. In: *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*. Madrid, Editorial Gredos, 50-79.
- CUNHA, Celso & Lindley Cintra (1984) — *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa, Sá da Costa Editores.
- HARRIS, James (1985) — *Spanish word markers*. In: F. Nuessel (ed.), *Current Issues in hispanic phonology and morphology*. Bloomington, Indiana University Linguistics Club, p. 34-54.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1983) — *O acento de palavra em português: uma nova proposta*. In: *Boletim de Filologia*, XXVIII, p. 211-229.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1997) — *Aspectos da Fonologia Lexical do Português*. In: *Sentidos que a vida faz. Homenagem a Óscar Lopes*. Porto, Campo das Letras, p. 693-703.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte e Isabel Hub Faria (1989) — *Gramática da língua portuguesa*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa, Caminho.
- PEREIRA, Maria Isabel Pires (1999) — *O acento de palavra em português: uma análise métrica*. Coimbra, Dissertação de Doutoramento (inédita).
- RIO-TORTO, Graça (1998 a) — *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto, Porto Editora.
- RIO-TORTO, Graça (1998 b) — *Padrões de formação de verbos em português*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII, p. 293-327.
- RIO-TORTO, Graça (1999) — *Para uma pedagogia do erro*. In: *Didáctica da língua e da literatura*. vol. I. Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura (Coimbra, 6-9 Outubro de 1998). Coimbra, Livraria Almedina & ILLP-FLUC, p. 595-618.
- RIO-TORTO, Graça (2000) — *Classes morfológicas e tipologia derivacional*. In: Actas do *Congreso Internacional de Lingüística "Léxico & Gramática"* (Lugo, 25-28 de Outubro de 2000), em publicação.
- RIO-TORTO, Graça (2001) — *Estrutura categorial e formatação derivacional*. In: *Biblos*, vol. de homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho (no prelo).
- VILELA, Mário (1999) — *Gramática da língua portuguesa*. 2ª edição. Coimbra, Livraria Almedina.